



Ministério da
Hc| gpf c



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente :3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

a.11) Retorno anual dos Ativos

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto		Assistidos pelo Banco		Auxílio Saúde	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Retorno real anual dos ativos	11,3%	11,3%	11,3%	11,3%	N/A	N/A	N/A	N/A
Retorno real anual sobre direitos de reembolso reconhecido como ativo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

a.12) Montantes de pagamentos esperados no exercício seguinte

	ECRCH "Rrepg DF"		ECRCH "Rrepg Okunq"	
	4234	4233	4234	4233
Normais	15.403	5.719	268	74
Administração	2.718	1.009	29	9
Montante dos Pagamentos esperados no Exercício Seguinte	18.121	6.728	297	83

	Cuukuf qu't grq" Depeq		Cwzinq/Ucuf g	
	4234	4233	4234	4233
Normais	14.235	11.992	6.082	6.003
Montante dos Pagamentos esperados no Exercício Seguinte	14.235	11.992	6.082	6.003

a.13) Efeito decorrente de aumento e redução de um ponto percentual nos custos do Auxílio-Saúde

	Cwzinq/Ucuf g			
	Redução em 1 Ponto percentual	% valores fim do exercício	Aumento em 1 Ponto percentual	% valores fim do exercício
Valor total do custo de juros	11.494	(5,0%)	13.369	10,4%
Valor total do custo do serviço corrente	1.576	(22,8%)	2.433	19,1%
Valor presente da obrigação atuarial	104.759	(6,8%)	121.351	7,9%

As contribuições normais do Banco como patrocinador da CAPAF, totalizaram, no exercício, R\$10.100 (R\$9.382 em 2010), sendo R\$5.506 referentes ao Plano de Benefícios Definidos e R\$4.594 ao Plano Misto de Benefícios.

O Banco mantém sob sua responsabilidade o pagamento da complementação de aposentadoria dos empregados aposentados até 1981, sendo pago, no exercício, o montante de R\$11.185 (R\$10.444 em 2010).

Planos para saneamento do déficit da CAPAF

O Ministério da Previdência Social, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) – Diretoria de Análise Técnica, por meio das Portarias nºs 585/586/587/588 e 589, de 05 de agosto de 2010, publicadas no Diário Oficial da União, do dia 06 de agosto de 2010, autorizou o seguinte:

- a) A aplicação dos Regulamentos dos planos:
1° - Plano de Benefícios Previdenciários PREV AMAZÔNIA;
2° - Plano Misto de Benefício Saldado; e
3° - Plano de Benefício Saldado.

- b) Alteração dos regulamentos dos Planos:
1° - Plano de Benefício Definido; e
2° - Plano Misto de Benefícios.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, por intermédio das Portarias nºs 254, 255 e 256, todas de 25.05.2011, publicadas no Diário Oficial da União de 27.05.2011, fixou o prazo, improrrogável, de até 30.09.2011, para início do funcionamento dos novos planos de benefícios a serem administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia - CAPAF.

Encerrado o prazo fixado pela PREVIC, o processo atingiu 61,20% do público alvo, com a adesão de 2.196 de um total de 3.587 participantes, não alcançando, portanto, o nível estabelecido para viabilizar a implantação dos planos de benefícios saldados.

Através das Portarias nºs 573 e 574, publicadas no Diário Oficial da União de 04.10.2011, a PREVIC, respectivamente, decretou a intervenção e nomeou o interventor da CAPAF, tendo sido fixado o prazo de 180 dias para a intervenção.

A intervenção ora em curso, a princípio, não interfere nas responsabilidades inerentes ao Banco, que continua registrando e repassando, normalmente, as suas contribuições, inclusive aquelas decorrentes de decisão judicial para complementação da insuficiência de recursos para pagamento da folha de benefícios dos assistidos (aposentados e pensionistas) de responsabilidade da CAPAF vinculados ao Plano de Benefício Definido (BD). O montante pago no exercício, a partir de março de 2011, foi de R\$28.033 (não houve em 2010).

Auxílio saúde

São concedidos, também, aos aposentados e pensionistas meios indispensáveis ao custeio dos tratamentos necessários à manutenção e à prevenção da saúde, denominado auxílio-saúde, cujo valor presente da obrigação do Banco é calculado atuarialmente. De acordo com o regulamento desse benefício, a participação do Banco dar-se-á pelo repasse mensal de verba aos beneficiários do programa, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, nos limites estabelecidos conforme a disponibilidade orçamentária existente para cada ano.

Desde o registro inicial da obrigação, em dezembro de 2001, vinha sendo computada na base de cálculo dos participantes ativos, somente os empregados vinculados à CAPAF. Em 2008, ao serem revisadas as premissas do benefício, foi dada nova interpretação ao art.2º § 1º do regulamento, onde se define como aposentado aquele que tiver seu contrato de trabalho extinto/rescindido com o Banco, por aposentadoria.

No cálculo atuarial referente ao auxílio-saúde, na data base 31 de dezembro de 2011, foi considerada a hipótese financeira e econômica de crescimento real desse benefício em percentual de 2,2% a.a.

A título de auxílio-saúde o Banco pagou o montante de R\$5.892 (R\$5.889 em 2010).

O saldo da provisão referente a essas obrigações é o seguinte:

	4233	4232
Auxílio-saúde (nota nº 13.b)	97.947	87.499
Aposentados de responsabilidade do Banco (nota nº 13.b)	62.172	61.832
TOTAL	160.119	149.331

A despesa reconhecida no exercício em decorrência dos benefícios acima especificados está assim distribuída:

	4233	4232
Auxílio-saúde	16.341	16.642
Aposentados de responsabilidade do Banco	11.526	13.598
TOTAL	27.867	30.240

25. Remuneração Paga aos Empregados e Administradores

a) Remuneração dos empregados

A remuneração média mensal paga pelo Banco aos seus empregados é de R\$5.530,60 (R\$4.121,88 em 2010). A maior e menor remuneração mensal dos seus empregados corresponde a (em R\$ unitários):

	4233		4232	
	Maior	Menor	Maior	Menor
Empregados	16.224,62	1.520,00	14.884,97	1.249,94
Vencimento básico	2.891,83	958,60	2.653,06	879,45
Adicional por tempo de serviço	741,54	-	680,34	-
Adicional de função comissionada	3.348,32	-	3.071,86	-
Gratificação especial mensal	2.327,23	324,99	2.135,09	312,48
Complem. pessoal temp. adicional de função	6.915,70	-	6.344,62	-
Acordo de trabalho	-	236,41	-	58,01

Neste exercício, foi destinado aos empregados, a título de participação nos lucros, o montante de R\$6.285 (R\$12.439 em 2010).

b) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração média mensal paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada:

	4233	4232
Diretoria	33.689,04	34.657,92
Conselho de Administração	2.724,40	2.474,21
Conselho Fiscal	2.617,72	2.759,56

Os honorários atribuídos, no exercício, aos administradores do Banco são compostos conforme segue (em R\$ mil):

	4233	4232
Diretoria	3.084	2.650
Honorários	2.426	2.425
Ajuda de Custo	199	44
Participação no Lucro	459	181
Conselho de Administração	196	186
Conselho Fiscal	141	140
Comitê de Auditoria	315	339
TOTAL	3.736	3.315

26. Processo de Gerenciamento de Riscos

A Gestão de Riscos, no âmbito do Banco da Amazônia S.A, tem como objetivo permear os riscos existentes em todas as atividades da empresa, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos, contribuindo para que os objetivos sejam alcançados, as causas geradoras de danos sejam eliminadas, ou os efeitos sejam mitigados de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

A gestão de risco está distribuída em:

Risco de Liquidez

A gestão do Risco de Liquidez no Banco da Amazônia é regida pela Política de Risco de Liquidez, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. A Política estabelece os limites para os Índices de Disponibilidade, sendo o monitoramento e avaliação do fluxo de caixa (aférisão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos) da Instituição realizado pela Gerência de Riscos.

No que tange à análise do fluxo de caixa, o Banco da Amazônia manteve, no ano de 2011, uma liquidez bastante confortável, sem registro de eventos de extrapolação do índice de disponibilidade de recursos definido na política institucional de risco de liquidez. Os descasamentos verificados no fluxo de caixa foram decorrentes, principalmente, da alocação conservadora das disponibilidades do FNO nos vértices com previsão de desembolso no prazo de até 60 dias. Destaca-se que o volume de recursos disponíveis do FNO, no final de 2011 em relação ao encerramento de 2010, teve um crescimento em torno de 51%, fechando em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$2,807 milhões (R\$1,849 milhões em 2010). Neste cenário, a análise do fluxo projetado demonstra que a Instituição não apresenta problema de liquidez, dado o grande volume de recursos disponível. Esta situação é ratificada pela posição doadora de recursos que o Banco mantém através das operações de CDI/CDB, fechando em 31 de dezembro de 2011, em torno de R\$497 mil, assim como o elevado valor (66% da carteira de títulos) alocado em títulos públicos de alta liquidez.

Gestão do Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito no Banco da Amazônia está balizada na Política de Risco de Crédito aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da Instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores spreads e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da Instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco, atualmente, distribui-se em diferentes níveis de risco (rating), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os ratings AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

O Banco da Amazônia é o responsável pela classificação da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como: I) em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito; II) em relação à operação: natureza e finalidade do crédito, valor.

A Instituição adotou as seguintes ações para qualificar a concessão do crédito, alinhar-se às melhores práticas do mercado bancário e voltar-se com segurança e modernidade à gestão do risco de crédito, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito e à vista das diretrizes de Brasília II e da Resolução nº 3.721/2009: 1. Contratação de empresa especializada em gestão de risco de crédito para desenvolver solução de gestão de risco de crédito para o Banco da Amazônia, focada nos mercados de Varejo e de Atacado. A aquisição inclui implantação, instalação, parametrização, integração, personalização, prestação de suporte técnico, atualização de versão do Sistema; prestação de serviços de consultoria e treinamento e garantia de manutenção do Sistema.